

RIO — Em 2003, o tempo médio de viagem de casa para o trabalho na Região Metropolitana do Rio era de 43 minutos. Em 2012 (último dado disponível), já chegava a 50 minutos. A pior situação de mobilidade entre as principais Regiões Metropolitanas do país. Em São Paulo, por exemplo, piorou aumentando de 41 para 47 minutos. Os dados constam da primeira publicação da “Série Estados Brasileiros – Estudos de Caso: Rio de Janeiro”, que será lançada na segunda-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV) Projetos. Mas em nada significam qualquer retrocesso para o estado, que, segundo o diretor da FGV Projetos, Cesar Cunha Campos, evoluiu em dez anos, embora ainda haja muito o que fazer.

— Grandes obras, como a construção da Linha 4 do metrô e a implantação de BRTs, contribuem para dificultar os deslocamentos. Porém, o aumento da oferta nos transportes públicos cresceu significativamente — comemora Campos. — Sem dúvida, o estado viveu um momento de transformações. O Rio é outro. Diria que o que falta especialmente é planejamento. Fazer projetos com antecedência é fundamental.

PASSAGEIROS SE QUEIXAM

Assim é que, de 2007 a 2011, o número de passageiros aumentou 28% nos ônibus intermunicipais, 25% no metrô, 12% nos trens e 39% nas barcas. No mesmo período, por sua vez, o crescimento da frota de carros foi de 37%. Quem usa transporte público, porém, nem sempre está contente. Em geral por conta dos transtornos no trânsito causados pelas obras.

— O trânsito está péssimo. Moro próximo ao Maracanã e trabalho perto da Candelária. Antes, saía de casa às 8h10m, para chegar ao trabalho às 9h. Hoje, se eu sair nesse horário, chego atrasada — garante Bianca Cernigoi.

Motorista de ônibus há dois anos, Luís Maxwell reclama não apenas das obras, mas também da falta de orientação nas ruas.

— Não se vê um guarda municipal para orientar o trânsito, que está caótico. O trajeto que eu fazia de Venda das Pedras, em Itaboraí, à Candelária, que antes era de uma hora e dez minutos, hoje é de três horas e 20 — afirma o motorista da linha 567D, citando a área da Leopoldina e o começo da Via Binário como os principais pontos de trânsito intenso.

No livro, especialistas analisam dados de 2003 a 2013 e apresentam propostas de melhorias não só para a mobilidade urbana, mas ainda para as áreas de educação, saúde, saneamento, meio ambiente e segurança. Os próximos estados da série já estão escalados: São Paulo e Minas Gerais.

— Em mobilidade urbana, entendo que o que deveria melhorar seria a integração dos transportes — diz o professor.

No meio ambiente, Campos destaca como principal ponto positivo a desburocratização do processo de licenciamento ambiental. As licenças passaram de 600, em 2007, para 3.800, em 2013:

— A criação do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), unificando órgãos, permitiu agilizar a concessão de licenças, sem qualquer comprometimento ambiental. Isso atrai mais investimentos.

EDUCAÇÃO: DADOS POSITIVOS

Outra área que deslanchou, segundo a FGV Projetos, foi a de educação, no que diz respeito à competência estadual: o ensino médio.

— Em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (o Ideb, criado pelo Inep) do ensino médio do Rio era de 2,8. O estado estava em 19º lugar, junto com Bahia, Maranhão e Amazonas. Com 3,6, em 2013, o Rio estava em terceiro lugar no Ibed, junto com Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina — conta o diretor.

PUBLICIDADE

Não foi possível carregar o plug-in.

A segurança também foi bem, avalia a FGV, com a implantação de UPPs e a redução dos homicídios dolosos e os roubos a residências e de veículos.

— É preciso manter o patamar que se alcançou e, no caso das UPPs, dotar as comunidades de mais políticas sociais, mais escolas, mais unidades de saúde — diz Campos.

Na saúde houve ganhos especialmente no Programa de Imagens, que oferece exames. Foram 154 mil, em 2010, e 600 mil este ano. Já o número de leitos do SUS não tem acompanhado o crescimento da população. Pior que isso, eles diminuíram: de 35.331, em 2005, para 26.770, em 2013. Já em saneamento, o volume de recursos necessários à universalização é de R\$ 22,7 bilhões, sendo R\$ 8,8 bilhões em água, e R\$ 13,9 bilhões em esgoto. Isso num prazo de investimento de 20 anos.